



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Controladoria-Geral da União

Relatório de Auditoria Exercícios de 2012, 2013 e de 2014



**Banco Interamericano de
Desenvolvimento – BID**

Projeto 2580/OC-BR

Brasília/DF, 2015



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO
SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO**

ÍNDICE

	Página
1. Relatório dos auditores sobre as Demonstrações Financeiras Básicas	02
2. Demonstrações Financeiras Básicas	
- Demonstrativo de Fluxo de Caixa	04
- Demonstrativo de Investimentos Acumulados	05
- Conciliação do Fundo Rotativo	06
- Extrato do Fundo Rotativo	07
- Notas Explicativas	09
3. Declaração da Gerência do Projeto	20
4. Relatório de Auditoria	21



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS BÁSICAS

Ao Senhor: Vitor Reis da Costa da Silva
Coordenador-Geral do Programa

Examinamos o Demonstrativo de Fluxo de Caixa e o Demonstrativo de Investimentos Acumulados, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 e respectivas Notas Explicativas correspondentes ao Programa de Modernização da Gestão do Patrimônio Imobiliário da União, executado pela Secretaria do Patrimônio da União (SPU) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), parcialmente financiado com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. As referidas demonstrações foram elaboradas pela unidade de gerenciamento do programa, com base no Artigo 7.03 das Normas Gerais do Contrato de Empréstimo BID 2580/OC-BR.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras

A administração do Projeto é responsável pela elaboração dessas demonstrações financeiras de acordo com as cláusulas do Contrato de Empréstimo, estabelecendo diretrizes para elaboração de relatórios financeiros e pelos controles internos julgados como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento das exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de risco, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Projeto para planejar procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria.

Opinião

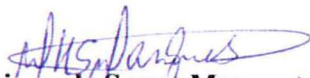
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a conversão dos valores executados em moeda nacional para Dólares dos Estados Unidos, os fundos recebidos, os desembolsos efetuados e os investimentos acumulados do Projeto, de acordo com os requisitos financeiros estabelecidos pelo BID.



Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota Explicativa 2, que descreve a base de elaboração e apresentação dessas demonstrações financeiras, elaboradas para auxiliar a administração do Projeto a demonstrar o cumprimento das disposições do Contrato de Empréstimo acima mencionado. Consequentemente, as demonstrações financeiras podem não servir para outras finalidades.

Brasília, 28 de abril de 2015.


Mauro Henrique de Souza Marques
Analista de Finanças e Controle

CONTRATO DE EMPRÉSTIMO: BID 2580/OC-BR

(Expresso em US\$ dólares)

Periodo Atual

RECURSOS RECEBIDOS		BID	Contrapartida	TOTAL
Acumulado ao começo do período		-	24.095,73	24.095,73
Durante o período - Subtotal		1.650.000,00	539.188,12	2.189.188,12
Desembolsos Fundo Rotativo/Adiantamento/Reembolso - BID		1.650.000,00	-	1.650.000,00
Juros Recebidos Rendimentos	No exercício	-	1.776,29	1.776,29
	Ajuste exerc. anterior	-	-	-
Desembolso de Recursos Próprios –	No exercício	-	537.411,83	537.411,83
Contrapartida	Ajuste exerc. anterior	-	-	-
Total Recursos Recebidos		1.650.000,00	563.283,85	2.213.283,85
DESEMBOLSOS EFETUADOS		BID	Contrapartida	TOTAL
Acumulado ao começo do período		-	24.095,73	24.095,73
Durante o período - Subtotal		201.274,10	195.290,75	396.564,85
Solicitação de Desembolso apresentados dentro do período - BID e Contrapartida		-	-	-
Pagos Pendentes Comprovação /Justificação	No exercício	201.274,10	-	201.274,10
– BID	Ajuste exerc. anterior	-	-	-
Pagos Pendentes Comprovação / Justificação	No exercício	-	195.290,75	195.290,75
– Contrapartida	Ajuste exerc. anterior	-	-	-
Total Desembolsado		201.274,10	219.386,48	420.660,58
SALDO DISPONÍVEL AO FINAL DO PERÍODO		1.448.725,90	343.897,37	1.792.623,27

[2] No primeiro período não haverá demonstração comparativa.

Hélio Costa Ferreira Júnior
Coordenador Administrativo-Financeiro

Periodo Anterior

BID	Contrapartida	TOTAL
-	-	-
-	24.095,73	24.095,73
-	-	-
-	-	-
-	-	-
-	24.095,73	24.095,73
-	-	-
-	24.095,73	24.095,73
BID	Contrapartida	TOTAL
-	-	-
-	24.095,73	24.095,73
-	-	-
-	-	-
-	-	-
-	24.095,73	24.095,73
-	-	-
-	24.095,73	24.095,73
-	-	-



DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS ACUMULADOS
 Exercício: 2014
 (Expresso em US\$ dólares)

Categorias de Investimentos	Orçamento Vigente			Acumulado do Exercício 2013			Movimento do Exercício 2014			Acumulado do Exercício 2014 (anterior + atual)			Disponível para aplicação		
	PROJETO	BID	APORTE LOCAL	PROJETO	BID	APORTE LOCAL	PROJETO	BID	APORTE LOCAL	PROJETO	BID	APORTE LOCAL	PROJETO	BID	APORTE LOCAL
1 Casos Diretos	28.796.000,00	13.907.000,00	14.889.000,00	0,00	0,00	0,00	344.556,05	201.274,10	143.281,95	344.556,05	201.274,10	143.281,95	28.451.443,95	13.705.725,90	14.745.718,05
1.1 Modernização dos processos e base de dados para centralização dos imóveis da União	11.201.000,00	5.275.000,00	5.926.000,00	0,00	0,00	0,00	9.878,43	0,00	9.878,43	9.878,43	0,00	9.878,43	11.191.121,57	5.275.000,00	5.916.121,57
1.2 Gestão de conhecimento para a gestão patrimonial	2.942.000,00	2.045.000,00	806.000,00	0,00	0,00	0,00	103.721,54	0,00	103.721,54	103.721,54	0,00	103.721,54	2.838.278,46	2.046.000,00	792.278,46
1.3 Atualização dos processos de gestão de patrimônios da União	14.653.000,00	6.586.000,00	8.067.000,00	0,00	0,00	0,00	230.956,08	201.274,10	29.681,98	230.956,08	201.274,10	29.681,98	14.422.043,92	6.384.725,90	8.037.318,02
2 Administração do Programa	1.002.000,00	1.002.000,00	0,00	24.095,73	0,00	24.095,73	52.000,30	0,00	52.000,30	76.104,53	0,00	76.104,53	925.895,47	1.002.000,00	-76.104,53
2.1 Gestão do Programa	946.000,00	946.000,00	0,00	24.095,73	0,00	24.095,73	52.000,30	0,00	52.000,30	76.104,53	0,00	76.104,53	869.895,47	946.000,00	-76.104,53
2.2 Avaliação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.3 Avaliação intermediária e final	56.000,00	56.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	56.000,00	56.000,00	0,00
3 Sem Alocação Específica	202.000,00	91.000,00	111.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	202.000,00	91.000,00	111.000,00
3.1 Imprevistos	202.000,00	91.000,00	111.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	202.000,00	91.000,00	111.000,00
A Subtotal	30.000.000,00	15.000.000,00	15.000.000,00	24.095,73	0,00	24.095,73	396.564,85	201.274,10	195.290,75	420.660,58	201.274,10	219.386,48	29.579.339,42	14.798.725,90	14.780.613,52

Brasília, 31 de março de 2015

Vitor Reis da Costa da Silva
 Coordenador Geral do Programa

Hélio Costa Ferreira Júnior
 Coordenador Administrativo-Financeiro





CONCILIAÇÃO DOS RECURSOS ANTECIPADOS PELO BANCO

NOME DO ORGANISMO EXECUTOR: Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Finanças - SPU/MP

Nº do Contrato de Empréstimo ou Convênio de Cooperação Técnica: 2580/OC-BR

Nº da Solicitação: 002

Data: 31/03/2015

I	SALDO DISPONÍVEL DE FUNDO ROTATIVO OU ADIANTAMENTO DE RECURSOS (2) (na moeda da Operação)	\$1.350.828,50
---	---	----------------

Detalhe	Valor	Taxa de Câmbio	Valor na Moeda da Operação
Saldo Disponível na Conta na Moeda da Operação em: 31/12/2014 Banco: Banco do Brasil S/A Nº da Conta: 00 394 460	R\$ 1.527.000,00	2,54500	\$600.000,00
Saldo Disponível na Conta na Moeda da Operação em: 31/12/2014 Banco: Banco do Brasil S/A DEC - UG 160075	R\$ 958.907,47	2,65620	\$361.007,25
Saldo Disponível na Conta na Moeda da Operação em: 31/12/2014 Banco: Banco do Brasil S/A MPOG - UG 201002	R\$ 1.030.725,00	2,65620	\$388.044,95
Saldo Disponível na Conta na Moeda Local em: 31/12/2014 Banco: Banco do Brasil S/A Nº da Conta: 00 394 460 - RENDIMENTOS			\$1.776,29

II	GASTOS OU PAGAMENTOS PENDENTES DE APRESENTAÇÃO AO BID /3	\$201.274,10
----	--	--------------

Gastos ou Pagamentos Pendentes de Apresentação ao Banco incluídos nesta Solicitação	\$201.274,10	a
Gastos ou Pagamentos Pendentes de Apresentação ao Banco não incluídos nesta Solicitação conf. registros contábeis do projeto	\$0,00	

III	TOTAL DO FUNDO ROTATIVO OU DOS ADIANTAMENTOS DE RECURSOS PENDENTE DE APRESENTAÇÃO AO BID (I+II)	\$1.552.102,60
-----	---	----------------

IV	SALDO DO FUNDO ROTATIVO OU ADIANTAMENTO DE RECURSOS CONFORME O BID (RELATÓRIO LMS-1)	\$1.650.000,00	b
----	--	----------------	---

Percentual justificado perante o Banco

12%

a/b

V	DIFERENÇAS (IV-III) /4	\$97.897,40
---	------------------------	-------------

VI	IDENTIFICAÇÃO DOS CONCEITOS CONTIDOS NA DIFERENÇA APURADA /4	\$97.897,40
----	--	-------------

Detalhamento da Diferença	Valor (Moeda Local)	Taxa de Câmbio	Equivalência na Moeda da Operação
Diferença decorrente de rendimentos de aplicação financeira			\$1.776,29
Diferença identificada por variação cambial			\$96.121,11

Certificamos que: a) os gastos especificados no item II foram realizados para os fins especificados no Contrato/Convênio; b) a documentação que respalda os gastos efetuados com os recursos provenientes do Fundo Rotativo ou Adiantamento de Recursos ainda não justificados está disponível para fins de inspeção do BID.

Vitor Reis da Costa da Silva
Coordenador Geral do Programa

Hélio Costa Ferreira Júnior
Coordenador Administrativo-Financeiro

Notas:

- 1) A conta corrente é exclusiva para o Fundo Rotativo ou Adiantamentos de Recursos? SIM ☒ NÃO ☐
- 2) Anexar cópia dos extratos das contas bancárias (corrente e de investimentos) em que estão depositados os recursos do Fundo Rotativo ou Adiantamentos de Recursos, suas respectivas conciliações e o saldo disponível do Aporte Local caso esteja depositado na mesma conta.
- 3) Anexar o detalhamento dos gastos ou pagamentos efetuados com recursos do Fundo Rotativo ou Adiantamentos de Recursos ainda não apresentados/justificados.
- 4) Em caso de diferença, anexar conciliação e nota explicativa.



EXTRATO PMG/SPU

Principal em dólar

```

PREM133I          SISBB - Sistema de Informacoes Banco do Brasil          27/01/2015
E1179918          Controle de Contas Especiais                            17:01:14
-----
----- Extrato de Conta de Principal ----- Pag: 001/001
Titular....: 00.394.460/0001-41 SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL
Moeda.....: 220 USD DOLAR DOS ESTADOS UNIDOS Período: 01.01.1901 a 27.01.2015
Emprestimo: BID 2580 - PMG / SPU                                         Credor: BID
-----

```

Data	Lancamento Histor/Seqcl	Valor Moeda da Conta	Saldo Moeda da Conta
13.03.2014	DEPINI 00001	1.650.000,00 C	1.650.000,00 C
01.10.2014	ADNMTO 00002	420.000,00 D	1.230.000,00 C
27.10.2014	ADNMTO 00003	225.000,00 D	1.005.000,00 C
20.11.2014	ADNMTO 00004	405.000,00 D	600.000,00 C

```

-----
F1 Ajuda F3 Retorna F5 Encerra F6 Imprime F7 Pag.Ant F8 Prox.Pag F9 <=

```

Principal em reais

```
PREM133I      SISBB - Sistema de Informacoes Banco do Brasil      27/01/2015
E1179918      Controle de Contas Especiais                        17:01:14
----- Extrato de Conta de Principal ----- Pag: 001/001
Titular....: 00.394.460/0001-41 SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL
Moeda.....: 220 USD DOLAR DOS ESTADOS UNIDOS Período: 01.01.1901 a 27.01.2015
Emprestimo: BID 2580 - PMG / SPU                                Credor: BID
-----
      Data      Lancamento      Cotacao      Valor
      Histor/Seqcl      Moeda Nacional
-----
13.03.2014      DEPINI 00001      2,3600000      3.894.000,00
01.10.2014      ADNMT0 00002      2,4540000      1.030.680,00
27.10.2014      ADNMT0 00003      2,5255000      568.237,50
20.11.2014      ADNMT0 00004      2,5450000      1.030.725,00
-----

*** FIM ***
-----

F1 Ajuda F3 Retorna F5 Encerra F6 Imprime F7 Pag.Ant F8 Prox.Pag F10 =>
```



Rendimento

PREM133G SISBB - Sistema de Informacoes Banco do Brasil 27/01/2015
E1179918 Controle de Contas Especiais 17:17:09
----- Extrato de Conta de Rendimento ----- Pag.: 001e002

BID 2580 - PMG / SPU

Credor.: BID Conta: 00.394.460 Período: 01.01.1901 a 31.12.2014
Agencia: 1608-X - GECEX BRASILIA Moeda: 220 USD DOLAR DOS ESTADOS

Data	Lancamento Historico/Seque.	Valor Lancamento na moeda da conta	Saldo na moeda da conta
01.04.2014	RENMT0 00001	11,46 C	11,46 C
02.05.2014	RENMT0 00002	229,20 C	240,66 C
02.06.2014	RENMT0 00003	240,66 C	481,32 C
01.07.2014	RENMT0 00004	229,20 C	710,52 C
01.08.2014	RENMT0 00005	263,58 C	974,10 C
01.09.2014	RENMT0 00006	240,87 C	1.214,97 C
01.10.2014	RENMT0 00007	252,34 C	1.467,31 C
03.11.2014	RENMT0 00008	188,85 C	1.656,16 C
01.12.2014	RENMT0 00009	120,13 C	1.776,29 C

F3 Retorna F5 Encerra F6 Imprime F7 Pag.Ant F8 Prox.Pag



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO PROGRAMA

1. Descrição do Programa:

Programa de Modernização da Gestão do Patrimônio Imobiliário da União

1.1. Objetivo

O objetivo do Programa é promover um melhor aproveitamento do potencial econômico e socioambiental do patrimônio imobiliário da União, por meio do fortalecimento da capacidade de gestão da Secretaria do Patrimônio da União (SPU).

1.2. Descrição

Para alcançar o objetivo do Programa, as atividades estão organizadas em três componentes e respectivos produtos conforme descrito a seguir:

Componente I - Modernização dos processos e bases de dados para a caracterização dos imóveis da União

O objetivo deste componente é ampliar a base e melhorar a consistência das informações que caracterizam os imóveis da União. Para alcançar este objetivo, o Programa financiará:

Modernização metodológica e de procedimentos: Contratação de consultorias e realização de seminários para a formulação de metodologias que permitam modernizar os processos de caracterização do patrimônio (demarcação e cadastramento); capacitação nas novas metodologias; normatização; e aquisição de equipamentos e aplicativos de apoio à caracterização.

Padronização da Cartografia da SPU: Contratação de empresa para concepção e execução do inventário cartográfico da SPU em nível nacional; contratação de consultoria especializada para concepção e normatização dos padrões cartográficos; contratações de serviços para desenvolvimento e implantação de banco de dados geográficos (BDG); conversão da cartografia atual para o novo padrão cartográfico; aquisição de infraestrutura física para correto armazenamento de documentos cartográficos; e capacitação no novo padrão cartográfico.

Ampliação da escala de identificação: Aquisição de cartografia e cadastramento; contratação de serviços especializados em levantamento cartográfico; execução da demarcação; contratação de serviços especializados em cadastro; elaboração de Planta de Valores Genéricos (PVG); e inserção de dados (espaciais e cadastrais) referentes a novos imóveis ao BDG.

Certificação e depuração das bases existentes: Contratação de consultoria especializada para desenvolver e implantar sistemática de depuração de dados; contratação de consultoria especializada para revisão de metodologia de certificação cadastral e elaboração de proposta de normatização; contratação de empresa para



execução dos trabalhos de levantamento cartográfico, certificação e atualização de PVG; contratação de consultoria para integração dos novos dados (espaciais e cadastrais) ao BDG.

Componente II - Geração de conhecimento para a gestão patrimonial

O objetivo deste componente é gerar conhecimento para apoiar uma gestão inovadora que potencialize o aproveitamento da função socioambiental dos ativos públicos harmonizada com a função arrecadadora, e o uso compartilhado da informação patrimonial para a formulação de políticas públicas. Para o anterior, o Programa financiará:

Proposta de aperfeiçoamento da contabilidade patrimonial e regularização do registro cartorial dos bens imóveis da União, contemplando: (i) identificação, análise e classificação contábil dos bens da União e respectivos direitos passíveis de contabilização; (ii) avaliação e proposição de modelos, mecanismos e critérios de controle contábil dos ativos, considerando as normas nacionais e internacionais; (iii) avaliação, criação e sistematização dos procedimentos e critérios de registros cartoriais dos bens da União, incluindo os atuais, e os que serão incorporados; (iv) formulação de propostas para adequação da legislação vigente relacionada com a contabilidade patrimonial e registro cartorial; e (v) realização de evento de capacitação no tema.

Proposta de novos modelos de negócios e estudo dos seus potenciais benefícios para o aproveitamento do uso dos bens públicos federais: Análise das possibilidades de ampliação do potencial de geração de benefícios sociais e econômicos dos bens da União, incluindo a revisão do modelo de arrecadação e cobrança, e a elaboração de propostas que viabilizem a implementação de modelos de negócios, arranjos institucionais, parcerias com o setor privado e entes federativos, e a identificação de nichos de oportunidades para o uso e destinação deste patrimônio.

Estudos de metodologias de avaliação de bens públicos federais: Identificação e análise de metodologias existentes de avaliação do patrimônio e valoração do seu uso conforme tipologia, forma de destinação e instrumento aplicável, de acordo com a legislação.

Estratégia de racionalização da utilização dos imóveis destinados à APF: (i) revisão dos padrões de identificação e registro do valor de uso (ou custo de oportunidade) dos imóveis próprios nacionais usados pela APF e elaboração de propostas de incentivos ao seu uso racional e eficiente; (ii) elaboração de propostas de novas diretrizes e normas para a utilização dos bens de uso especial, incluindo a definição de parâmetros para os processos decisórios entre as opções de alugar, construir ou adquirir imóveis; (iii) atualização do cadastro dos próprios nacionais em dois Estados Piloto (Distrito Federal e Rio de Janeiro) no cadastro do SPIUNet; e (iv) formulação de diretrizes para incentivar o compartilhamento de informação patrimonial com Estados e Municípios, tais como sistemas, contabilidade patrimonial e novos modelos de negócio, considerando os requisitos legais e tecnológicos.



Componente III - Automatização dos processos de gestão do patrimônio da União

O objetivo deste componente é automatizar os processos e aperfeiçoar os sistemas de informação para apoiar a gestão do patrimônio da União. Neste sentido, o Programa conterà os seguintes produtos:

Plano de Gestão da Informação Patrimonial: que conterà as diretrizes, estratégias e planejamento de execução do novo sistema de informação da SPU utilizando a metodologia do PMBOK. Este sistema integrará todos os processos finalísticos da SPU, vinculando a informação literal com a cartográfica para apoiar a tomada de decisão para gestão patrimonial.

Atualização do mapeamento de processos da SPU: tendo como base os estudos já existentes, este produto fará a revisão dos processos da SPU, agregando informações quanto aos componentes espaciais e os indicadores de desempenho existentes de cada processo. O produto ainda conterà, quando for o caso, proposta de revisão normativa.

Desenvolvimento do sistema informatizado: a ser composto por uma base de dados geográfica e funcionalidades para atender as áreas finalísticas da SPU, incluindo a automação de processos e a implementação de interfaces com entidades externas e para disponibilização de serviços ao cidadão.

Digitalização de documentos: este produto aumentará a segurança de acesso à informação, através da digitalização dos processos da SPU, e se integrará ao novo sistema informatizado, de forma que as consultas possam ser feitas através do próprio sistema, e que novos documentos sejam gerados e tramitados em formato digital, com a devida assinatura eletrônica.

Implantação de tecnologias de comunicação: Integrar as 27 Superintendências e o Órgão Central da SPU por meio de tecnologias de comunicação via videoconferência e voz sobre IP. Este produto proporcionará uma significativa economia de recursos, facilitando também a realização de conferências, palestras, treinamentos e reuniões.

1.3. Custo do Programa e plano de financiamento

O custo do Programa foi estimado no equivalente a US\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de dólares) cuja distribuição por fonte de financiamento e categoria de investimento se indica no quadro seguinte:

Custo e financiamento (em US\$ mil)

CATEGORIAS	Banco	Local	TOTAL	%
1- Custos Diretos	13.907	14.889	28.796	95,9%
1. Modernização dos processos e base de dados para caracterização dos imóveis da União	5.275	5.926	11.201	37,3
2. Geração de conhecimento para a gestão patrimonial	2.046	896	2.942	9,8
3. Automatização dos processos de gestão do patrimônio da União	6.586	8.067	14.653	48,8
2- Administração do Programa	1.002	0	1002	3,4
1 - Gestão do Programa	946	-	946	3,2
2 - Auditoria	0	0	0	
3 - Avaliação intermediária e final	56	-	56	0,2
3- Sem Alocação Específica	91	111	202	0,7
1- Imprevistos	91	111	202	0,7
TOTAL	15.000	15.000	30.000	100
PERCENTAGEM	50%	50%	100%	

1.4 Execução

O Órgão Executor do Programa será a Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), com o apoio administrativo, financeiro e de aquisições da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA) do mesmo Ministério.

A coordenação estratégica do Programa será responsabilidade de um Grupo Estratégico de Gestão (GEG) a ser instituído pelo Secretário do Patrimônio da União. Este Grupo Estratégico de Gestão será responsável pela aprovação dos Planos Operativos Anuais (POA), Planos de Aquisições (PA), relatórios de execução e relatórios de avaliação do Programa.

A coordenação do Programa será responsabilidade da Unidade de Coordenação do Programa, instituída pelo Secretário do Patrimônio da União com designação de um Coordenador-Geral do Programa, de Coordenadores de Componentes e de um Coordenador Administrativo Financeiro.

O Coordenador Geral será responsável pela interlocução com o Banco e preparará toda a documentação a ser submetida ao GEG e pela administração geral do Programa. O Coordenador Geral será também responsável pela integração das ações, consolidação dos POA e dos PA e elaboração dos relatórios de monitoramento e avaliação.

O Coordenador de cada componente será responsável pela elaboração das especificações técnicas e dos termos de referência (TDR). Com a supervisão e o apoio do Coordenador Geral do Programa, os Coordenadores acompanharão a seleção e execução dos contratos do respectivo Componente e certificarão o recebimento dos produtos ou serviços contratados conforme as especificações técnicas e os TDR.

O Coordenador Administrativo-Financeiro será responsável pela articulação entre a SPU e a SPOA, incluindo a solicitação dos pagamentos, monitoramento dos contratos, apoio aos processos de aquisições, desembolso dos recursos e prestação de contas, elaboração de relatórios financeiros e preparação das solicitações de desembolso.



A SPOA do MP será encarregada da administração fiduciária da execução da operação, e será responsável pelas contratações e gerenciamento financeiro do Programa, incluindo a realização dos processos de aquisição, a provisão de recursos e pagamentos e apresentação de informações à auditoria. A execução financeira do Programa será realizada diretamente pelo Sistema Integrado de Administração Financeira da APF (SIAFI), conforme as diretrizes de aceitação pelo Banco do uso de sistemas nacionais de gestão, desde que finalizado o processo de customização para geração de relatórios financeiros requeridos, nos termos acordados entre o Banco e o Mutuário.

No caso da realização de aquisições descentralizadas pelas Superintendências, as mesmas seguirão, além das políticas do Banco, o disposto na legislação nacional vigente, relacionada com a prestação de apoio logístico pelas Gerências Regionais de Administração do Ministério da Fazenda.

- Contratos Modificatórios
Não se aplica
- Convênios Interinstitucionais:
 - Termo de Cooperação para Descentralização de Crédito nº 40, de 23 de dezembro de 2013, cujo objeto é “Desenvolvimento da infraestrutura geoespacial do Programa de Modernização do Patrimônio da União” – PRISM-BRB2373.
 - Contrato Administrativo nº 13/2012 - Fundação Universidade de Brasília - FUB - "Prestação de serviços técnicos especializados para a realização de processo seletivo simplificado".
 - Contrato Administrativo nº 121/2014 – TOTVS S/A – “Prestação de serviços de consultoria para a realização de serviços de modelagem de processos organizacionais envolvendo mapeamento, análise, desenho e redesenho de processos, implementação e monitoramento de ações propostas de melhoria, suporte e transferência de conhecimento” – PRISM-BR10861.
 - Nota de Empenho nº 43/2013- Associação dos Notários e Registradores do Brasil – ANOREG – “Curso de Direito Imobiliário Registral Aplicado aos Bens Públicos”.
 - Contrato Administrativo nº 86/2012 – Liberium Technologies Sistema de Informação Ltda - "Prestação de serviços de desenvolvimento, manutenção e documentação de sistema de informação, na modalidade Fábrica de Software"- PRISM-BRB2737.
 - Contrato SANF-DF nº 52/2014 – Pleimec Solution Comércio de Equipamentos Tecnológicos LTDA – EPP – “Aquisição de equipamentos e software para expansão e atualização de rede de videoconferência” – PRISM-BRB2738.

2. Principias Políticas Contábeis

A Unidade de Coordenação do Projeto-UCP utiliza o Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI, administrado pela STN, para a emissão e registro dos documentos de movimentação orçamentária e financeira da União. O Plano

Interno que integra o SIAFI foi elaborado de forma a representar as categorias e componentes do Contrato de Empréstimo BID nº 2580/OC-BR.

▪ **Base de Contabilidade Caixa**

As demonstrações financeiras foram elaboradas sobre a base contábil de caixa, registrando-se as receitas quando do recebimento dos fundos (recursos) e reconhecendo-se as despesas quando estas efetivamente representam despesas pagas em dinheiro (caixa). Esta prática contábil difere das NICSP, segundo as quais as transações devem ser registradas na medida em que incorrerem, e não quando de seu pagamento. No entanto, as NICSP foram aplicadas para essas circunstâncias, conforme previsto no capítulo “IPSAS base de caixa – Relatórios Financeiros com base na contabilidade de caixa”.

▪ **Unidade Monetária**

Os registros do programa são feitos em moeda local e em dólares dos Estados Unidos. Para o cálculo da equivalência em dólares dos Estados Unidos da América a taxa de câmbio a ser utilizada para estabelecer a equivalência da moeda do país do Mutuário (Real) em relação ao dólar dos Estados Unidos da América é utilizada a taxa de câmbio vigente no país do Mutuário, na data efetiva da despesa, conforme Cotações de Fechamento Ptax4/ do DOLAR DOS EUA, Código da Moeda: 220, Símbolo da Moeda: USD, Tipo da Moeda: A, taxa de venda, extraída do site do Banco Central (<http://www4.bcb.gov.br/pec/taxas/port/ptaxnpesq.asp?id=txcotacao>).

3. Fundos Disponíveis

Os fundos disponíveis em 31 de dezembro de 2014 estão depositados nas contas bancárias do Programa e incluem as receitas geradas por juros e ganhos cambiais.

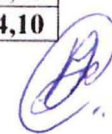
	Em US\$	
	2013	2014
Conta Bancaria nº 00.394.460	0,00	600.000,00
Conta Única do Tesouro - Saldo DEC (em 31/12/2014)	0,00	361.007,25
Conta Única do Tesouro - Saldo MPOG (em 31/12/2014)	0,00	388.044,95
Rendimentos	0,00	1.776,29
Total	0,00	1.350.828,50

Durante o ano de 2014 foram registradas receitas provenientes de juros no total de US\$ 1.776,29 e perda por diferença cambial no total de US\$ 96.121,11.

4. Adiantamentos Pendentes de Justificativa

Em 31 de dezembro de 2014 o saldo pendente de justificação ao BID é de US\$ 201.274,10, e está representado na seguinte solicitação de desembolso pendente de tramitação ou gastos efetuados não incluídos em tais solicitações:

	Em US\$
Solicitação de Desembolso nº 002 - Pendente de Tramitação	201.274,10
Total	201.274,10






5. Adiantamentos e justificativas

	Em US\$
Saldo de adiantamentos no início do período	0,00
(-) Adiantamentos legalizados durante o período	0,00
(+) Adiantamentos recebidos	1.650.000,00
(=) Saldo de adiantamentos no encerramento do período	1.650.000,00

6. Fundo Rotativo¹

Não se aplica.

7. Fundos de Contrapartida Nacional

O governo da República Federativa do Brasil assumiu o compromisso de contribuir com a importância de US\$ 15.000.000,00, como contrapartida local. Em 31 de dezembro de 2014, o Governo contribuiu com a importância de US\$ 219.386,48, equivalente a 1,46% do total comprometido.

8. Ajustes de Períodos Anteriores

No exercício de 2013 houve o desembolso no valor de US\$ 24.095,73 de recursos da contrapartida nacional, ajuste esse pendente de comprovação do exercício anterior, dando baixa total do valor executado no exercício anterior.

9. Aquisição de Bens e Serviços

As aquisições de bens e serviços foram efetuadas com observância às disposições legais, sendo dado aceite aos valores executados até 31/12/2014, conforme relação a seguir:

- Termo de Cooperação para Descentralização de Crédito nº 40, de 23 de dezembro de 2013, cujo objeto é "Desenvolvimento da infraestrutura geoespacial do Programa de Modernização do Patrimônio da União" – PRISM-BRB2373. Fundamentado na Portaria Conjunta nº 8, de 7 de novembro de 2012; Lei Nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993; Portaria Interministerial CGU/MF/MP nº 507, de 24 de novembro de 2011; Portaria Conjunta nº 213, de 30 de junho de 2010; Disposições Especiais do Contrato de Empréstimo Nº 2.580/OC-BR, Capítulo IV, Cláusula 4.03, item (b), inciso (V). Esta em fase de execução. Houve aquisições de bens, porém a competência para realização do patrimoniamiento, em virtude do termo de ajuste, é do Departamento de Engenharia e Construção do Exército Brasileiro. Essa informação nos será repassada quando da prestação de contas do ente.
- Contrato Administrativo nº 13/2012 - Fundação Universidade de Brasília - FUB - "Prestação de serviços técnicos especializados para a realização de processo seletivo simplificado" – Fundamentado no inciso XIII, art. 24, Lei 8.666/93 – Dispensa de Licitação 02/2012. Os serviços foram devidamente prestados.

¹ Para aqueles projetos em que esta modalidade esteja vigente



- Contrato Administrativo nº 121/2014 – TOTVS S/A – “Prestação de serviços de consultoria para a realização de serviços de modelagem de processos organizacionais envolvendo mapeamento, análise, desenho e redesenho de processos, implementação e monitoramento de ações propostas de melhoria, suporte e transferência de conhecimento” – PRISM-BR10861. Registro de Preço nº 06/2014 fundamentado na lei 10.520//2002; Lei 8.666/93; Decreto 7.892/2013; Decreto 5.450/2005; Decreto 3.555/2000; Decreto 2.271/1997 e Instrução Normativa SLTI/MP nº 02/2008. Esta em fase de execução.
- Nota de Empenho nº 43/2013- Associação dos Notários e Registradores do Brasil – ANOREG – “Curso de Direito Imobiliário Registral Aplicado aos Bens Públicos”. Inexigibilidade nº 43; fundamentado no Inciso II, art. 25, combinado com inciso VI do art. 25 da Lei 8.666/93. Os serviços foram devidamente prestados.
- Contrato Administrativo nº 86/2012 – Liberiun Technologies Sistema de Informação Ltda - "Prestação de serviços de desenvolvimento, manutenção e documentação de sistema de informação, na modalidade Fábrica de Software"- PRISM-BRB2737. Pregão Eletrônico nº56/2012; fundamentado na lei 10.520//2002; Decreto 5.450/2005; Lei Complementar 123/2006; Decreto 3.722/2001; Decreto 2.271/1997; Instrução Normativa SLTI/MP nº 03/2010; Instrução Normativa SLTI/MP nº 02/2008; Decreto 6.204/2007; Lei 12.349/2010; Lei 12.440/2011 e Lei 8.666/93 Esta em fase de execução.
- Contrato SANF-DF nº 52/2014 – Pleimec Solution Comércio de Equipamentos Tecnológicos LTDA – EPP – “Aquisição de equipamentos e software para expansão e atualização de rede de videoconferência” – PRISM-BRB2738. Pregão Eletrônico nº 32/2013 fundamentado na lei 10.520//2002; Decreto Federal 3.931/01 e Lei 8.666/93. Esta em fase de execução. Houve aquisição de bens, porém o recebimento definitivo dos bens só ocorrerá no exercício de 2015.

10. Categorias de Inversão

(Obs.: Detalhar por componente do projeto o que for aplicável e julgar necessário, complementar as demonstrações principais com maiores detalhes)

▪ Gastos Financeiros (Juros ou Fundo de Inspeção e Vigilância – FIV)

PMG / SPU - PAGAMENTO DE COMISSÕES E JUROS						
	Data	Valor US\$		Cotação	Valor R\$	
		Juros	Comissão		Juros	Comissão
Projeto BID nº 2580/OC- BR	16/11/2012	\$0,00	\$17.786,82	2,0848	R\$ 0,00	R\$ 37.081,96
	15/05/2013	\$0,00	\$18.623,74	2,0240	R\$ 0,00	R\$ 37.694,45
	13/11/2013	\$0,00	\$18.904,11	2,3235	R\$ 0,00	R\$ 43.923,70
	13/05/2014	\$3.303,62	\$17.883,90	2,2200	R\$ 7.334,04	R\$ 39.702,26
	13/11/2014	\$9.442,07	\$16.824,66	2,5900	R\$ 24.454,96	R\$ 43.575,87
TOTAL	-	\$12.745,69	\$90.023,23	-	R\$ 31.789,00	R\$ 201.978,24



11. Conciliação entre a Demonstração de Fluxos de Caixa e a Demonstração de Investimentos Acumulados

Em US\$

DESCRIÇÃO	BID	LOCAL	TOTAL
Demonstração de Fluxos de Caixa (Desembolsos Efetuados/Gastos)	201.274,10	219.386,48	420.660,58
Demonstrativo de Investimentos	201.274,10	219.386,48	420.660,58
Diferença	0,00	0,00	0,00

12. Conciliação dos Registros do Programa com os Registros do BID (WLMS-1 Executive Financial Summary), por Categorias de Inversão.

Em US\$

Categorias de Inversão	Demonstração de Investimentos	WLMS-1 Disbursed Amount	Diferença
01.00.00-Modernização Processos e Dados	0	0	0,00
02.00.00-Conhecimento Gestão Patrimônio	0	0	0,00
03.00.00-Automatização Processos Gestão	201.274,10	0	201.274,10
04.00.00-Gestão do Programa	0	0	0,00
05.00.00-Avaliação Intermediária e Final	0	0	0,00
06.00.00-Imprevistos	0	0	0,00
86.00.00-Anticipo de Fondos	0	1.650.000,00	-1.650.000,00
87.00.00-Capitalization Charges	0	0	0,00
87.01.00-F. i. v.	0	0	0,00
87.01.01-F. i. v.	0	0	0,00
87.02.00-Interest capitalization	0	0	0,00
87.02.01-Capitalization of interest	0	0	0,00
88.00.00-Pendiente	0	0	0,00
Total	201.274,10	1.650.000,00	-1.448.725,90

O valor US\$ 201.274,10 refletem os gastos ou pagamentos pendentes de apresentação ao Banco até 31/12/2014.

13. Conciliação do Passivo a Favor do BID (entre o montante registrado no campo "Disbursed life" do WLMS-1 e o registrado no campo "Recursos Recebidos – BID da Demonstração de Fluxos de Caixa. (Obs.: Em caso de divergência apresentar os comentários / explicações correspondentes)

DESCRIÇÃO	TOTAL US\$
Demonstração de Fluxos de Caixa (Recursos Recebidos: Desembolsos + FIV)	1.650.000,00
WLMS - 1 (Disbursed Life)	1.650.000,00
Diferença	0,00



14. Contingências

Não há registros de demandas judiciais ou extrajudiciais, quer na defesa dos direitos que contra a administração do Programa até data base de 31/12/2014, e até a data da elaboração/aprovação das demonstrações financeiras.

15. Eventos Subsequentes

Não há registro de eventos ocorridos entre a data do encerramento do exercício e a data da elaboração das demonstrações financeiras que possam afetar a situação financeira do Projeto / Programa.

16. Situação dos ajustes originados de opiniões diferentes do padrão por parte dos auditores independentes no ano ou períodos anteriores.

Não houve modificações que afetem o período em curso ou que reflitam nas demonstrações financeiras do período anterior, utilizados no presente relatório para fins de comparação.

17. Outras Considerações / Esclarecimentos

A insuficiência de recursos humanos disponíveis para a Unidade de Coordenação do Programa permanece como ponto de atenção da SPU. A ausência de pessoal exclusivamente dedicado ao Programa torna lento o processo de construção de conteúdo técnico subsidiário às contratações previstas no Programa.

Nota-se, ainda, um retardamento na resolução de problemas de natureza operacional por parte das áreas específicas do MP, em especial nas áreas ligadas à contratação, ateste de disponibilidade orçamentária e execução financeira, também em função do escasso contingente de servidores disponíveis especificamente para atender às demandas do Programa.

Analizando os gastos do Programa, verificamos que a proposta de classificação por Planos Internos tem se mostrado eficaz, principalmente pelo alto grau de rastreabilidade dado no momento de prestação de contas. No entanto, foram identificadas falhas na classificação do Plano Interno de algumas despesas, demandando sua reclassificação para que se possa alocar corretamente cada gasto ao seu respectivo produto desenvolvido.

Dessa forma, faz-se necessário apresentar a tabela a seguir, com valores efetivamente gastos em cada produto, conforme demonstrado na Nota Técnica nº 88/2015 apresentada junto à Justificativa de Gastos nº 002:

Categorias de Investimento (em US\$)	US\$		
	BID	LOCAL	TOTAL
Administração	0	78.248,43	78.248,43
Gestão do Projeto	0	78.248,43	78.248,43
Auditoria	0	0	0
Avaliação Intermediária e Final	0	0	0



Sem alocação específica	0	0	0
Imprevistos	0	0	0
Custos Diretos	201.274,10	141.138,06	342.412,16
Componente I	201.274,10	3.039,37	204.313,47
Componente II	0	108.416,71	108.416,71
Componente III	0	29.681,98	29.681,98
Subtotais	201.274,10	219.386,49	420.660,59

Brasília, 31 de março de 2015.

Hélio Costa Ferreira Júnior
Coordenador Administrativo-Financeiro

De acordo,

Vitor Reis da Costa da Silva
Coordenador –Geral do Programa PMG/SPU



Declaração da Gerência do Projeto

Data: 31/03/2015

Destinatário: Banco Interamericano de Desenvolvimento

Esta carta de gerência é fornecida em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras do Programa de Modernização da Gestão do Patrimônio Imobiliário da União, para o ano findo em 31 de dezembro de 2014, realizada pela Controladoria Geral da União - CGU.

Em cumprimento de nossa responsabilidade pela governança do Programa, e em consonância com as políticas do Banco e as condições estipuladas no Contrato de Empréstimo nº 2580/OC-BR, assim como em conformidade com os princípios de transparência, economia e eficiência,

Confirmamos que:

- Durante o ano de 2014 cumprimos as cláusulas do Contrato de Empréstimo;
- Concebemos e implementamos o sistema de controle interno do Programa de acordo com as diretrizes de nossas normas locais, as quais são consistentes com os critérios definidos pelo COSO. Igualmente, confirmamos que o referido sistema de controle foi eficaz para as operações do período.
- As ações de mitigação resultantes da aplicação da Guia de Gestão de Riscos em Projetos (GRP) do Banco foram implementadas segundo os cronogramas e datas de resultado acordados com o BID.
- Os gastos realizados com recursos do Banco foram efetuados conforme os propósitos especificados no Contrato de Empréstimo.


VITOR REIS DA COSTA DA SILVA
Coordenador-Geral do Programa

Vitor Reis da Costa da Silva
Coordenador do Programa de
Modernização de Gestão do
Patrimônio da União
SPU/MP



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

RELATÓRIO Nº: 201500069

UCI: SFC/DECON - Coordenação-Geral de Contas do Governo

EXERCÍCIO: 2014

UNIDADE AUDITADA: PROJETO SPIRALIS DE MODER.DO PAT. IMOB. UNIAO

CIDADE: Brasília

UF: DF

RELATÓRIO DE AUDITORIA

I – INTRODUÇÃO

Em atendimento à determinação contida na Ordem de Serviço nº 201500069, e consoante o estabelecido na Seção VII do Capítulo VII da Instrução Normativa SFC nº 01, de 06/04/2001, apresentamos os resultados dos exames realizados na gestão do Programa de Modernização da Gestão do Patrimônio Imobiliário da União – PMG/SPU, parcialmente financiado com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, por intermédio do Contrato de Empréstimo 2580/OC-BR, executado sob a responsabilidade da Secretaria do Patrimônio da União (SPU/MP), durante o período de 26 de março de 2012 a 31 de dezembro de 2014.

II – ESCOPO DO TRABALHO

Os trabalhos de auditoria foram realizados na sede da Unidade Executora, em Brasília/DF no período de 26/03/2015 a 02/04/2015, em estrita observância às normas de auditoria aplicáveis ao Serviço Público Federal, as quais são compatíveis com as Normas Internacionais de Auditoria (NIA), aprovadas pela Federação Internacional de Contadores (IFAC), tendo como objetivo verificar:

a) a execução do Projeto em confronto com as metas estabelecidas no plano de trabalho;



- b) a adequabilidade dos controles internos contábeis, financeiros, patrimoniais e administrativos mantidos pela coordenação do projeto;
- c) o cumprimento, pelo mutuário, das cláusulas contratuais de caráter contábil, financeiro e gerencial;
- d) de forma integrada, a conformidade dos processos de licitação/seleção com as políticas do Banco e da legislação nacional aplicável, a adequabilidade dos pagamentos realizados e das solicitações de desembolso apresentadas ao Banco;
- e) a adequada apresentação das Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas do Projeto.

Nenhuma restrição foi imposta aos nossos exames, tendo sido prestadas todas as informações e explicações solicitadas.

Os critérios de seleção e a representatividade das amostras de gastos que foram aplicados pela equipe estão a seguir indicados:

- a) Diárias e Passagens: foram selecionados aleatoriamente 22,15% dos gastos com diárias e passagens identificados no SIAFI nos exercícios de 2012, 2013 e 2014.
- b) Aquisição de Bens, Obras e Serviços: foram selecionadas todas as contratações relativas ao projeto realizadas no âmbito do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e os respectivos processos de pagamento, referentes ao período em análise.
- c) Contratação de Serviços de Consultoria: no período auditado, não foram realizados gastos com pagamentos de consultorias, razão pela qual não registramos opinião para este assunto no presente relatório.
- d) Gerenciamento de Bens Patrimoniais: foi solicitada a relação dos bens adquiridos durante a vigência do projeto, mas pelo fato dos bens não terem seus Termos de Recebimentos Definitivos emitidos no exercício de 2014, não foi possível analisar o gerenciamento dos bens. Também nos foi informado que no âmbito do Termo de Cooperação para Descentralização de Crédito nº 40, de 23 de dezembro de 2013, cujo objeto “Desenvolvimento da infraestrutura Geoespacial do Programa de Modernização do Patrimônio da União”, a competência para realização do controle patrimonial é do Departamento de Engenharia e Construção do Exército Brasileiro, não sendo analisado o gerenciamento de tais bens.
- e) Gerenciamento de Recursos Descentralizados: nossos trabalhos não contemplaram análise de gastos dos recursos descentralizados ao Ministério da Defesa. Foi verificada apenas a formalização do Termo de Cooperação para Descentralização de Crédito nº 40/2013.

Foi dado conhecimento formal dos resultados do presente trabalho de auditoria à direção do Projeto, cuja manifestação foi incorporada ao presente Relatório de Auditoria.





III – RESULTADO DOS EXAMES

1 RECURSOS EXTERNOS

1.1 BID

1.1.1 AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS

1.1.1.1 INFORMAÇÃO

Baixa Execução do Projeto

Fato

O Programa de Modernização da Gestão do Patrimônio Imobiliário da União tem como principal objetivo promover um melhor aproveitamento do potencial econômico e socioambiental do patrimônio imobiliário da União, por meio do fortalecimento da Secretaria do Patrimônio da União (SPU), e está estruturado em três componentes, que coincidem com seus objetivos específicos, quais sejam:

Componente 1 - Modernização dos Processos e Base de Dados para Caracterização dos imóveis da União: modernização metodológica e de procedimentos; padronização da cartografia da SPU; ampliação da escala de identificação; certificação e depuração das bases existentes.

Componente 2 – Geração de Conhecimento para a Gestão Patrimonial: modelagem conceitual dos bens da União; Proposta de aperfeiçoamento da contabilidade patrimonial; regularização do registro cartorial dos bens imóveis da União; proposta de novos modelos de negócios e estudos dos seus potenciais benefícios para o aproveitamento do uso dos bens públicos federais; estudo de metodologias de avaliação de bens públicos federais; estratégia de racionalização da utilização de imóveis destinados à Administração Pública Federal.

Componente 3 – Automatização dos Processos de Gestão do Patrimônio da União: Plano de Gestão da Informação Patrimonial; atualização do mapeamento de processos da SPU; desenvolvimento do sistema informatizado; digitalização de documentos; implantação de tecnologias de comunicação.

Para o atingimento dos objetivos propostos, foram previstos recursos da ordem de US\$ 30.000.000,00, sendo US\$ 15.000.000,00 provenientes do financiamento externo e US\$ 15.000.000,00 de contrapartida nacional.

Até a data de 31 de dezembro de 2014, foram desembolsados junto ao Banco recursos da ordem de US\$ 1.650.000,00, equivalentes a 11% do valor previsto para o financiamento, e aplicados US\$ 219.386,48, em investimentos custeados com recursos da contrapartida nacional, equivalentes a 1,46% do montante previsto para tal. Assim, observa-se uma baixa execução financeira do Programa.

O projeto teve início em 26 de março de 2012, data da assinatura do Contrato de Empréstimo, e tem previsão de término em 26 de março de 2017, prazo de cinco anos de duração.



No que se refere aos aspectos de implementação das metas operacionais definidas no Contrato de Empréstimo, tomando como base as informações constantes do Relatório de Progresso do 2º Semestre de 2014 - RPS e demais controles internos mantidos pelo Projeto, procedeu-se à avaliação do grau de alcance das metas programadas - produtos ofertados - para os três componentes.

Componente 1: Modernizar Processo e Bases para Caracterização dos Imóveis da União

No que se refere ao Componente 1, observa-se a programação prevê a entrega de quatro produtos, quais sejam: (i) Modelo único de cadastro e norma de demarcação implantados; (ii) Cartografia da SPU padronizada; e (iii) Escala de Identificação Cartográfica ampliada; (iv) Base de dados de imóveis depurada.

Os produtos (i) e (iv) inicialmente estavam programados para serem entregues em 2014. No entanto, foram reprogramados para serem entregues, respectivamente, em 2016 e 2017. Quanto ao produto (iii), não obstante a previsão inicial de identificação cartográfica de 54 mil imóveis definida para 2015 ainda estar dentro do prazo previsto, a entrega do referido produto foi reprogramada para 2017.

Quadro 1 – Acompanhamento do Progresso do Componente 1

Produtos	Unidade de Medida		2012	2013	2014	2015	2016	2017	EOP	Observação
Modelo único de cadastro e norma de demarcação implantados	Modelo	P	0	0	2	0	0		2	
		P(a)	0	0	0	0	2	0	2	Reprogramado
		A		0	0				0	
Cartografia da SPU padronizada	Conjunto de mapas	P					1		1	
		P(a)		0	0	0	1		1	Dentro do Prazo
		A			0				0	
Escala de Identificação Cartográfica ampliada	imóveis	P				54.000,00	36.000,00		90.000,00	
		P(a)		0	0	0	36.000,00	54.000,00	90.000,00	Dentro do Prazo/Reprograma
		A			0				0	
Base de dados de imóveis depurada	imóveis	P			6.000,00	14.000,00	0	0	20.000,00	
		P(a)		0	0	0	14.000,00	6000	20.000,00	Reprogramado
		A			0				0	

Fonte: Elaborada pela Equipe de Auditoria com base no Progress Monitoring Report - PMR

Componente 2: Geração de conhecimento para a gestão patrimonial

Em relação ao Componente 2, observa-se que a programação prevê a entrega de oito produtos, quais sejam: (i) Proposta de aperfeiçoamento da contabilidade patrimonial consolidada; (ii) Novos modelos de negócios e estudos; (iii) Estudo de metodologia de avaliação dos bens públicos federais realizado; (iv) Estratégia de racionalização da utilização dos imóveis destinados à APF implantada; (v) Imóveis próprios no DF e RJ certificados; (vi) Diretriz para compartilhamento de informação patrimonial com Estados e Municípios desenvolvida; (vii) Proposta de modelo de regularização de registro cartorial de bens imóveis da união consolidada; e (viii) Proposta de modelagem conceitual dos bens da União desenvolvida.

O Quadro 2 evidencia que do total de oito produtos somente um (01) foi entregue em 2014 produtos (ii), (iii), (iv) e (vii) que cujo planejamento inicial de entrega estava definido para o exercício 2014, foram reprogramados para serem entregues em 2016. Consequentemente, os demais produtos foram reprogramados: 2016, produtos (v) e (viii); e 2017, produto (vi).



Quadro 2 – Acompanhamento do Progresso do Componente 2

Outputs	Unidade de Medida		2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total	Observação
Proposta de aperfeiçoamento da contabilidade patrimonial consolidada	proposta	P			1				1	
		P(a)		0	1	0	0	0	1	ok
		A		0	1				1	
Novos modelos de negócios e estudos	modelos e estudos	P			4				4	
		P(a)		0	0	0	4	0	4	Reprogramado
		A		0	0				0	
Estudo de metodologia de avaliação dos bens públicos federais realizado	estudo	P			1				1	
		P(a)		0	0	0	1	0	1	Reprogramado
		A		0	0				0	
Estratégia de racionalização da utilização dos imóveis destinados à APF implantada	estratégia implantada	P			1				1	
		P(a)		0	0	0	1	0	1	Reprogramado
		A		0	0				0	
Imóveis próprios no DF e RJ certificados	imóveis	P				6 000,00			6 000,00	
		P(a)		2 000,00	0	0	6 000,00	0	6 000,00	Dentro do Prazo/Reprogramado
		A		0	0				0	
Diretriz para compartilhamento de informação patrimonial com Estados e Municípios desenvolvida	diretriz	P				1			1	
		P(a)			0	0	0	1	1	Dentro do Prazo/Reprogramado
		A		0	0				0	
Proposta de modelo de regularização de registro cartorial de bens imóveis da União consolidada	proposta	P			1				1	
		P(a)		0	0	0	1	0	1	Reprogramado
		A		0	0				0	
Proposta de modelagem conceitual dos bens da União desenvolvida	proposta	P				1			1	
		P(a)		0	0	0	1	0	1	Dentro do Prazo/Reprogramado
		A		0	0				0	

Fonte: Elaborada pela Equipe de Auditoria com base no *Progress Monitoring Report* - PMR

Componente 3:

Por fim, em relação ao Componente 3, observa-se que a programação prevê a entrega de seis (06) produtos, quais sejam: (i) Plano de Gestão da Informação patrimonial implantado; (ii) Mapeamento de processo atualizado; (iii) Sistema informatizado desenvolvido; (iv) Documentos digitalizados; (v) Pontos de videoconferência implantados; e (vi) Ramais de telefonia IP implantados.

O Quadro 3 demonstra que apenas o produto (i) foi entregue em relação a esse componente. Do mesmo modo, observa-se a reprogramação das entregas dos produtos que inicialmente e,



nesse caso específico, estavam previstos para serem apresentados em 2013 – Produtos (iv) e (vi) – cujas postergações estão sendo realizadas desde então. Mais uma vez, nota-se grande impacto na entrega de outros produtos que concorrem para o atingimento dos objetivos específicos do referido componente – produtos (ii) e (iii).



Quadro 3 – Acompanhamento do Progresso do Componente 3

Produtos	Unidade de Medida	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total	Observação
Plano de Gestão da Informação patrimonial implantado	plano	P	1					1	
		P(a)	1	1	0	0	0	1	ok
		A	0	1				1	
Mapeamento de processo atualizado	Relatório	P				1		1	
		P(a)	0	0	0	1	0	1	Dentro do Prazo
		A	0	0				0	
Sistema informatizado desenvolvido	sistema	P				1		1	
		P(a)	0	0	0	0	1	1	Dentro do Prazo
		A	0	0				0	
Documentos digitalizados (0 em 2009)	páginas	P	700 000,00	700 000,00	700 000,00	900 000,00		3 000 000,00	
		P(a)	0	0	0	1 400 000,00	1 600 000,00	3 000 000,00	Reprogramado
		A	0	0				0	
Pontos de videoconferência implantados	pontos	P	10	18				28	
		P(a)	28	0	28	0	0	28	Reprogramado
		A	0	0				0	
Ramais de telefonia IP implantados	ramais	P	300	100				400	
		P(a)	0	0	0	0	400	400	Reprogramado
		A	0	0				0	

Fonte: Elaborada pela Equipe de Auditoria com base no *Progress Monitoring Report* - PMR

Dessa forma, observou-se nos primeiros dois anos do projeto deficiências no que se refere à capacidade da gestão da Unidade de cumprir os objetivos imediatos do projeto, ou seja, capacidade de prover os produtos de acordo como o estabelecido na programação inicial.

Isso fica evidenciado, principalmente quando se observa a data do primeiro desembolso realizado pelo projeto ocorrido somente em 13/03/2014, praticamente dois anos após a assinatura do contrato.

Tal diagnóstico, inclusive, é corroborado com o RSP 2º semestre de 2014, conforme segue:

Conforme já informado em relatórios anteriores, a execução das atividades previstas para os dois primeiros anos do Programa sofreram impactos devido a fatores internos e externos à Unidade de Coordenação do Programa, o que culminou em uma baixa execução financeira e limitada execução física nesse período. Com isso, as metas físicas previstas para os exercícios de 2012 e 2013 foram replanejadas para exercícios posteriores.

Não obstante, a Unidade destacar o atingimento das metas reprogramadas para o exercício de 2014 no RSP do 2º semestre de 2014, a grande maioria dos produtos deverão ser entregues



somente a partir de 2016, o que demandará da Unidade, principalmente a partir de 2015, melhorias na governança do Programa



1.1.1.2 CONSTATAÇÃO

Pagamento de Comissão de Crédito por não Execução do Contrato

Fato

Trata-se de Contrato de Empréstimo nº. 2580/OC-BR cujo objeto consiste no apoio à modernização da gestão do patrimônio imobiliário da União. No capítulo do Contrato que trata da amortização, juros e outros assuntos correlatos foi definido que o Mutuário, nesse caso a União, deverá pagar comissão de crédito ao Banco, em percentual a ser estabelecido, como resultado da revisão de encargos financeiros do empréstimo. Esse percentual está definido no artigo 3.02 das Normas Gerais que se aplicam aos Contratos de Empréstimos celebrado pelo Banco, estabelecendo que sobre o saldo não desembolsado do financiamento que não seja na moeda do país do Mutuário (\$15,000,000), este deverá pagar a referida comissão cujo valor não poderá exceder 0,75% a.a.

Cabe destacar que não obstante a União ser a mutuária do empréstimo, a execução do Programa e a utilização dos recursos estão sob a responsabilidade da Secretária do Patrimônio da União – SPU.

A SPU, nesse sentido, editou a Portaria nº. 313/2011 estabelecendo as instâncias de governança no que se refere à definição de papéis a serem desempenhados pelos responsáveis pela execução do Projeto, conforme segue:

Art. 1. Instituir o Grupo Estratégico de Gestão do Programa de Modernização da Gestão do Patrimônio Imobiliário da União.

Art. 2º. O Grupo Estratégico previsto no Artigo 1º é composto pelos seguintes membros: Secretaria Nacional do Patrimônio da União; Secretários-Adjuntos do Patrimônio da União; Chefe de Gabinete da SPU; Diretor do Departamento de Caracterização do Patrimônio; Diretor do Departamento de Destinação Patrimonial; Diretor do Departamento de Incorporação de Imóveis; Diretor do Departamento de Gestão de Receitas Patrimoniais; Coordenador-Geral de Gestão Estratégica; e Coordenador Geral do Programa.

Art. 3º. O Grupo Estratégico é presidido pela Secretária Nacional do Patrimônio da União e a ele compete:

I - Definir as orientações gerais do Programa em respeito ao Contrato de Empréstimo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e às diretrizes do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão e do Governo Federal;

II - Acompanhar, monitorar e avaliar a implementação do Programa;

III - Aprovar os Planos Operativos Anuais (POA), os Planos de Aquisições (PA), os Relatórios Semestrais de Execução e os Relatórios de Avaliação do Programa ; e

IV - Aprovar as prestações de contas do Programa



[...]

Art. 5º. Instituir o Grupo de Coordenação do Programa que será integrado pelos seguintes membros: Coordenador Geral do Programa; Coordenador do Componente I; Coordenador do Componente II; Coordenador do Componente III ; e Coordenador Administrativo-Financeiro .

Parágrafo único. Os Coordenadores de Componente e o Coordenador Administrativo-Financeiro serão designados pela Secretária do Patrimônio da União em Ato a ser publicado no Boletim de Pessoal.

Observa-se, assim, que a atribuição de responsabilidade está claramente segregada em dois grupos: o primeiro voltado para questões mais estratégicas, responsáveis pela condução do Programa e o segundo responsável pela execução em si.

Por meio da análise do Plano de Aquisições, Relatório de Monitoramento de Progresso e do Relatório Semestral de Progresso, evidenciou-se que o referido Projeto só iniciou sua fase de execução a partir 2014, conforme já informando no item 1.1.1.1 deste Relatório. Tal fato, portanto, acarretou, durante os dois primeiros anos do projeto, o pagamento de comissão de crédito por não utilização dos recursos disponíveis.

O Quadro a seguir evidencia os valores que foram pagos a título das referidas comissões que totalizaram, até 2013, aproximadamente R\$ 119 mil, conforme segue.

Quadro 4 - Pagamento de Comissão de Crédito

BID nº 2580/OC-BR					
Data	OB	FONTE	Comissão	Cotação R\$	Comissão
16/11/2012	2012OB800001	0144000000-610	\$17.786,82	2,0848	R\$ 37.081,96
15/05/2013	2013OB800001	0344000000-610	\$18.623,74	2,024	R\$ 37.694,45
13/11/2013	2013OB800002	0344000000-610	\$18.904,11	2,3235	R\$ 43.923,70
TOTAL			55.314,67		R\$118.700,11

Fonte: Elaborada pela Equipe de Auditoria, conforme informações disponibilizadas pelo Projeto.

Causa

Deficiências na gestão do Programa.

Manifestação da Unidade Examinada

A Unidade de Coordenação do Programa - UCP apresentou a seguinte manifestação após ciência da constatação apresentada pela equipe de auditoria.

1. Em resposta à solicitação de Auditoria Prévia nº 201500069-03 (Anexo no O136667), apresentamos os esclarecimentos elaborados por esta Unidade de Coordenação do Programa (UCP) para que seja formulada a resposta final à Controladoria-Geral da União (CGU), conforme solicitado.
2. Referente ao tópico "Área de Exame: Cumprimento de Cláusulas", passamos a apresentar um conjunto de fatores que, ao nosso ver, impactaram negativamente na execução do Programa conforme planejado.
3. Para a celebração do contrato de empréstimo, ainda em 2010, foram realizadas missões entre a Secretaria do Patrimônio da União (SPU) e o Banco Interamericano

de Desenvolvimento (BID), buscando não só identificar os meios de alcançar efetivamente o resultado esperado, mas também possíveis riscos à implementação. Dentre os documentos principais elaborados em tais missões está a Matriz de Riscos do Programa (Anexo nº 0134325), onde foi registrado um conjunto de riscos passíveis de imobilizar o projeto. Dentre eles, destacamos:

- Risco nº 1- Governabilidade: Mudanças de Governo a partir de janeiro de 2011 podem afetar a alta direção da SPU, com reflexos no programa (Risco Baixo | Impacto Médio | Probabilidade Baixa);
- Risco nº 4 - Sustentabilidade: Dotação insuficiente de pessoal qualificado na SPU para novas atividades, incluindo a gestão de projetos (Risco Alto | Impacto Alto | Probabilidade Média);
- Risco nº 6 - Fiduciário: Dificuldade da unidade administrativa (SPOA) em realizar a prestação de contas e a gestão financeira e contábil do programa (Risco Alto | Impacto Alto | Probabilidade Média);
- Risco nº 8- Fiduciário: Dificuldade da unidade administrativa (SPOA) em realizar os processos de aquisições e contratações (Risco Alto | Impacto Alto | Probabilidade Média);
- Risco nº 14- Sustentabilidade: Problemas decorrentes da parceria com o Exército (Risco Médio | Impacto Alto | Probabilidade Baixa).

4. Além disso, cláusulas contratuais do documento regente do Programa buscaram estabelecer mecanismos que garantissem instrumentos e medidas de mitigação dos riscos que poderiam ser enfrentados. Assim, como cláusula prévia ao primeiro desembolso, foi exigido que a SPU institísse uma Unidade de Coordenação do Programa (UCP), que contemplaria uma Coordenação-Geral, três Coordenadores de Produto e um Coordenador Administrativo-financeiro-Financeiro.

5. Previamente, antes mesmo da assinatura do Contrato de Empréstimo, foi instituída a Unidade de Coordenação do Programa, através da Portaria nº 313 SPU, de 27 de outubro de 2011, composta pelo Coordenador-Geral do Programa, Coordenador do Componente I, Coordenador do Componente II, Coordenador do Componente III e Coordenador Administrativo - Financeiro. Tal ato aponta a dedicação exclusiva de um servidor para a Coordenação-Geral do Programa, mas referencia que os demais coordenadores seriam nomeados em ato futuro.

6. Nesse contexto, em 26 de março de 2012 foi formalizado o Contrato de Empréstimo nº 2580/0C-BR (Anexo nº 0136218), e a UCP passou a ser estruturada formalmente no âmbito da Secretaria, contando com dois servidores efetivos, sendo um Coordenador-Geral e uma Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental (EPPGG), ambos do quadro de servidores do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP. Pouco depois, em maio de 2012, foi incorporado à equipe da UCP mais um servidor efetivo, da carreira EPPGG, que assumiu a função de Coordenador do Componente II, no entanto sem nomeação formal para o cargo de coordenador.

7. Assim, com o quadro reduzido, ao longo do exercício de 2012 a UCP buscou envidar esforços para garantir o cumprimento das cláusulas contratuais exigidas para o primeiro desembolso e iniciar a articulação institucional para o desenvolvimento de parcerias com órgãos estratégicos do Governo Federal. Em setembro de 2012, o PMG/SPU apresentou a documentação necessária ao cumprimento das cláusulas prévias ao primeiro desembolso, através do Ofício nº 785/2012 (Anexo nº 0094127) e, no mesmo mês, o Banco conferiu a elegibilidade

total ao Contrato de Empréstimo, conforme ofício CBR-3151120 12 (Anexo nº 0094170).

8. Neste ano também buscou-se estruturar a equipe da UCP com o quantitativo de recursos humanos necessários para o desenvolvimento do programa. Para tanto, após análise dos projetos a serem desenvolvidos, entendeu-se que seria necessária a alocação de uma equipe com treze servidores em regime de dedicação integral distribuídos entre os três componentes do Programa. A proposta foi apresentada em reuniões de ponto de controle com a Secretaria Executiva - SE/MP (conforme Anexo nº 0132204) nos primeiros meses após a assinatura do contrato, buscando alternativas para a alocação de recursos humanos na equipe da UCP.

9. Ainda, para suprir a dificuldade de estruturação da UCP, em especial quanto à Coordenação dos Componentes I e III, que somavam a maior quantidade de investimentos, a Secretária da SPU designou, em reunião de Diretoria Colegiada em julho de 2012, dois dos Diretores da Secretaria para tais funções. No entanto, mais uma vez esta ação não foi formalizada por ato de delegação.

10. Outra alternativa buscada para fazer frente à limitação dos recursos humanos disponíveis na UCP foi a contratação de profissionais em caráter temporário, conforme previsto na Lei nº 8.745/93. As negociações com a SEGEP/MP e CONJURJMP para viabilizar tal alternativa se iniciaram em julho de 2012, e foram formalizadas por meio da Nota Técnica nº 520/2012 em 14 de agosto de 2012 (Anexo nº 0133792). Com isso, em 20 de novembro de 2012 foi publicada a Portaria Autorizativa nº 557, a partir da qual a SPU poderia iniciar o processo de seleção para a contratação de servidores temporários.

11. Em que pese as ações decorridas em 2012 para garantir recursos humanos dedicados ao projeto, até o final do exercício de 2013, nenhuma delas havia se materializado em ganhos efetivos de produtividade. Dada a incompatibilidade entre as atribuições específicas e inerentes a seus cargos com a atenção requerida pelo PMGPU, a definição de dois Diretores como Coordenadores de Componentes não logrou êxito, e neste espaço de tempo pouco foi produzido para alavancar o programa. Assim, em junho de 2013 tais diretores foram destituídos das funções de coordenadores de componentes.

12. Por outro lado, a carência de recursos humanos evidenciada não só no Programa, mas em outros órgãos do MP, limitou a possibilidade de alocação de servidores efetivos ao Programa. Ainda, em agosto de 2013 o Coordenador do Componente II pediu seu afastamento da Secretaria, passando a UCP a contar somente com dois servidores: o Coordenador-Geral e uma EPPGG.

13. O reduzido contingente de pessoal dedicado à UCP impactou as etapas planejadas no período. Deste quadro decorreu a ausência de conteudistas para desenvolvimento dos Termos de Referência e elaboração conjunta de conteúdo técnico necessário à execução das ações previstas (estudos, declarações de escopo etc), tornando lento o processo de construção coletiva. Tal diminuição do ritmo das ações necessárias para a realização das primeiras aquisições previstas no PMG/SPU levou ao replanejamento da data do primeiro desembolso.

14. Autorizado em novembro de 2012, o Processo Seletivo Simplificado para profissionais em caráter temporário teve seu resultado homologado somente em 10 de outubro de 2013, por meio do Edital nº 7- MP (Anexo nº 0133809), e em dezembro de 2013 foram contratados os primeiros profissionais selecionados, em número inferior ao estimado: apenas dois candidatos (de um total de dez vagas disponíveis) se apresentaram para tomar posse.

15. É necessário destacar ainda que no exercício de 2013 foram priorizadas as iniciativas para o desenvolvimento de uma cooperação técnica entre a SPU e o Exército Brasileiro, com o objetivo de desenvolver um conjunto de soluções para compor a Infraestrutura de Dados Espaciais da SPU, conforme previsto no planejamento do Programa de Modernização. As tratativas avançaram consideravelmente durante o primeiro semestre, e foi proposta a assinatura de um termo de cooperação em agosto de 2013, já com repasse orçamentário e financeiro para o Ministério da Defesa.

16. Neste momento houve a necessidade de realinhamento do planejamento do Programa com a nova gestão, que assumiu a Secretaria no primeiro semestre de 2013, e ainda priorização orçamentária para efetivar o repasse de recursos, tendo em vista o contingenciamento ocorrido naquele exercício. Tais dificuldades só foram superadas em momento posterior ao estabelecido para a assinatura do termo (15 de agosto de 2013) e, nesse momento, o Departamento de Engenharia e Construção (DEC) do Exército argumentou que não poderia mais celebrar o contrato tendo em vista as novas perspectivas e outros projetos prioritários conduzidos internamente por aquele Órgão.

17. Foi necessário, então, novo alinhamento entre as partes estratégicas do Ministério do Planejamento e do Ministério da Defesa para que o acordo de cooperação retornasse à agenda prioritária do DEC. Assim, somente em outubro de 2013 as tratativas entre SPU e DEC foram retomadas, culminando na celebração do Acordo de Cooperação em 27 de dezembro de 2013. Este atraso impactou o planejamento financeiro do programa, que previa uma descentralização de recursos ainda em meados de 2013 para o Exército, fato este que só ocorreu no primeiro semestre de 2014.

18. Fica assim evidenciada uma forte limitação de recursos humanos ao longo dos exercícios de 2012 e 2013, momento em que a UCP oscilou entre 2 e 3 servidores dedicados ao Programa. Além disso, fatores fora do alcance do MP, como a celebração de parcerias e contingenciamento orçamentário, impactaram negativamente o ritmo de execução do PMGPU. Também outros fatores, de menor influência, mas também impactantes, foram constatados, tais como:

- Mudança no corpo diretivo da SPU que exigiram períodos necessários de análise do Programa, visando compreensão de suas propostas de intervenção e o necessário alinhamento do P G às diretrizes da gestão; tais períodos de reavaliação do PMG-SPU repercutiram em seu ritmo de Implementação;
- Limitada capacidade da UCP em envolver as equipes técnicas das Diretorias da SPU no âmbito do Programa, comprometendo a construção coletiva do planejamento das ações mais especificamente ligadas às áreas finalísticas;
- Indefinição das atribuições e competências das áreas afetas à gestão do Programa relativas às atividades de gestão administrativa, orçamentária e financeira da UCP. A ausência de especialistas em planejamento e orçamento na UCP geram acúmulo de tarefas na Coordenação. Ainda, o modelo atual deixa a cargo da SPOA/MP a gestão de orçamento e finanças do Programa, o que traz perda de agilidade no processo. Nota-se, também um retardamento na resolução de problemas de natureza operacional por parte das áreas específicas do MP, em especial nas áreas ligadas ao ateste de disponibilidade orçamentária e execução financeira, também em função do fracasso contingente de servidores disponíveis especificamente para atender às demandas do Programa.

Análise do Controle Interno

Em que pese a manifestação da Unidade acrescentar outros fatores que impactaram negativamente o desenvolvimento do Projeto, além da questão já conhecida da limitação de recursos humanos, observou-se que os demais fatores apresentados, em sua grande maioria, estão no âmbito da governança da SPU, tendo em vista que essa Secretaria é quem preside o Grupo Estratégico do Programa e, portanto, é responsável por criar condições para o seu pleno desenvolvimento.

Cabe acrescentar, ainda, que embora a UCP não tenha se manifestado de forma direta sobre o pagamento de R\$ 119 mil a título de comissão de crédito, pela não execução do Projeto nos primeiros dois anos, a equipe de auditoria entende que a Unidade deve se atentar para o fato, tendo em vista tal inércia tem resultado em prejuízos aos cofres públicos, o que pode gerar apuração de responsabilidade aos gestores do Programa, no momento da realização das Auditorias Anuais de Contas.

Recomendações:

Recomendação 1: Apresentar Plano de Ação, contemplando as ações em execução e as prioridades para conclusão no exercício 2015, acompanhadas do estágio de implementação, se possível em percentuais, e o diagnóstico quanto ao atingimento dos objetivos. Para aquelas ações que não forem objeto de conclusão em 2015, informar o estágio de implementação, se possível em percentuais, com a expectativa de conclusão.

Recomendação 2: Criar indicadores de desempenho que sejam examináveis e objetivos de forma a possibilitar um melhor acompanhamento da execução e dos resultados do Programa.

1.1.2 Avaliação de Controles Internos

1.1.2.1 INFORMAÇÃO

Necessidade de Implementação de Melhorias no Projeto.

Fato

O projeto é executado pela Secretaria do Patrimônio da União - SPU do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP, com o apoio administrativo, financeiro e de aquisições da Diretoria de Administração - DIRAD, vinculado à Secretaria Executiva do Ministério.

Para operacionalização do Projeto, a SPU estabeleceu uma estrutura de gestão formal no qual a coordenação estratégica do Programa é de responsabilidade do Grupo Estratégico de Gestão - GEC, responsável pela aprovação dos Planos Operativos Anuais - POA, Planos de Aquisições - PA, relatórios de execução e relatórios de avaliação do Programa, enquanto a sua execução fica sobre a responsabilidade do Grupo de Coordenação de Programa.

A Portaria SPU nº. 313/2011 instituiu o Grupo Estratégico, o qual é composto pelos seguintes membros: Secretária Nacional do Patrimônio da União; Secretários-Adjuntos do Patrimônio

da União; Chefe de Gabinete da SPU; Diretor do Departamento de Caracterização do Patrimônio; Diretor do Departamento de Destinação Patrimonial; Diretor do Departamento de Incorporação de Imóveis; Diretor do Departamento de Gestão de Receitas Patrimoniais; Coordenador-Geral de Gestão Estratégica; e Coordenador-Geral do Programa.



A referida Portaria também instituiu o Grupo de Coordenação do Programa, que é composto pelos seguintes membros: Coordenador-Geral do Programa; Coordenador do Competente I; Coordenador do Componente II; Coordenador do Componente III; e Coordenador Administrativo-Financeiro. Essa estrutura gerencial conta ainda com o suporte de dois servidores compondo a equipe permanente e ainda com a presença de dois servidores temporários.

Para subsidiar a avaliação dos controles internos do Projeto procedeu-se ao confronto da análise dos cinco elementos que fazem parte da estrutura do sistema de controle interno com a resposta ao questionário “Avaliação da Estrutura de Controles Internos do Projeto”.

Os resultados da autoavaliação, em sua maioria, foram ponderados nos conceitos 3 e 4, ou seja, neutro ou parcialmente válidos, significando que, de uma forma geral, os elementos são aplicados no contexto do Projeto. Tal diagnóstico vai ao encontro do entendimento da equipe de auditoria. No entanto, vislumbra-se a necessidade de implementação de melhorias no Projeto, principalmente no que se refere ao ambiente de controle, avaliação de risco e procedimentos de controles e monitoramento.

1.1.2.2 CONSTATAÇÃO

Deficiências da Estrutura de Pessoal para o Desempenho das Atividades do Projeto e Ausência da Avaliação de Riscos

Fato

Com o intuito de avaliar o ambiente de controle, principalmente no que se refere à estrutura de pessoal do Projeto, verificou-se que apesar do Projeto contar com uma estrutura formalmente constituída, de fato essa estrutura é composta apenas pelo Coordenador-Geral do Programa, Coordenador Administrativo-Financeiro e uma equipe que conta com outros quatro servidores, sendo dois permanentes e dois temporários.

Registra-se, dessa forma, que a figura de Coordenador dos Componentes I, II e III – formalmente estabelecida pela Portaria nº. 313/2011 – não foi efetivamente implementada. Tal fato, assim, entre outros tem impactado o atingimento dos principais objetivos do Projeto e, conseqüentemente, tem resultado na postergação da entrega dos produtos esperados, conforme já detalhado no item 1.1.1.1 deste Relatório.

A situação reportada acima, inclusive, foi objeto de manifestação por parte da Unidade Auditada, conforme segue.

Destacamos, ainda, que a figura da Coordenação dos Componentes do Programa tem sido exercida cumulativamente pelo Coordenador-Geral do Programa, sendo este auxiliado, ao longo do tempo, pela equipe de integra a UCP. O baixo número de servidores dedicados



ao projeto e a ausência de estrutura administrativa de cargos para tanto não permitiu que houvesse, até o presente momento, designação formal para tais posições.



Além disso, no Relatório de Progresso do 2º Semestre de 2014, a Unidade manifestou-se novamente sobre a insuficiência de recursos humanos:

A insuficiência de recursos humanos disponíveis para a Unidade de Coordenação do Programa permanece como ponto de atenção da SPU. A ausência de pessoal exclusivamente dedicado ao Programa torna lento o processo de construção de conteúdo técnico subsidiário às contratações previstas no Programa.

Nota-se, ainda, um retardamento na resolução de problemas de natureza operacional por parte das áreas específicas do MP, em especial nas áreas ligadas à contratação, ateste de disponibilidade orçamentária e execução financeira, também em função do escasso contingente de servidores disponíveis especificamente para atender às demandas do Programa.

Com base nas informações apresentadas pela direção da Unidade Auditada e nos exames realizados, verificou-se que a SPU não mantém uma estrutura de gerenciamento adequada para execução do Projeto, na medida em que não dispõe de pessoal administrativo e técnico suficientes, o que pode resultar no não atingimento dos objetivos estabelecidos para Projeto.

Cabe destacar que tal fato inclusive tem comprometido a questão de segregação de funções, tendo em vista que atualmente o Coordenador-Geral do Projeto tem acumulado as funções dos demais coordenadores (Componentes I, II e III).

No que se refere à avaliação de risco, em que pese a Unidade Auditada compreender os principais processos críticos do Projeto que podem impactar o alcance dos objetivos e metas do Projeto, não se observou iniciativas que visem o tratamento ou a resposta adequada para enfrentamento dos riscos identificados.

Causa

Deficiências na estrutura de controles internos.

Manifestação da Unidade Examinada

No que se refere à deficiência de pessoal, a manifestação da Unidade já foi incorporada a este Relatório no item 1.1.1.2 que tratou da avaliação dos resultados. De forma resumida a Unidade discorreu sobre a carência da força de trabalho disponível, o que tem inclusive afetado o desenvolvimento do Programa.

Em relação à avaliação de riscos, a UCP apresentou a seguinte manifestação após ciência da constatação apresentada pela equipe de auditoria:

20. Quanto ao tópico "Área de Exame: Avaliação de Controles Internos", informamos que já na Missão de Análise do Projeto BR-L1224, em agosto de 2010, foi revisto e atualizada a Matriz de Riscos do Programa, que contempla um conjunto de ações de mitigação preliminarmente elaboradas, incluindo, também, uma lista de riscos e sua avaliação quanto ao impacto e probabilidade. Tal documento encontra-se



como "Anexo VI - Matriz de Riscos" (Anexo nº 0134325) da POD- Proposta de Desenvolvimento da Operação (Anexo nº 0134344).



21. O Apêndice III da documentação do Programa, "Sistemática de Monitoramento e Avaliação", prevê no tópico "Riscos do Programa" que:

"4.1. Os riscos serão analisados por meio da Matriz de Risco (Apêndice III do POD), verificando-se a ocorrência das hipóteses de risco nela descritas, assim como, a implementação das medidas mitigadoras. Transcorridos 18 meses do início do prazo de execução do Programa, será reaplicada a metodologia de Avaliação de Risco do Banco, revendo-se a respectiva Matriz."

22. Também ressaltamos que a UCP e a equipe de especialistas do BID mantêm permanente contato e interação, sendo frequentemente reportados os principais problemas e questões relevantes identificadas como dificuldades à execução das atividades necessárias ao Programa. Ademais, todos os registros seguem formalmente àquele Organismo Internacional nos Relatórios de Progresso semestrais, também já referenciados neste documento."

Análise do Controle Interno

A manifestação da Unidade no que se refere à deficiência no ambiente de controle – falta de recursos humanos - corrobora com a avaliação da Equipe de Auditoria. Ressalta-se, no entanto, a necessidade de implementação de melhorias, principalmente tendo em vista que a deficiência neste componente tem impactado outras áreas e/ou processos internos de trabalho da UCP e, conseqüentemente, o atingimentos dos objetivos do Programa.

Desta forma, a Equipe de Auditoria entende que o Grupo Estratégico deverá envidar esforços para estruturar a equipe da UCP com o quantitativo de recursos humanos necessários ao desenvolvimento do Programa, tendo em vista a importância deste projeto no âmbito da SPU.

Já em relação à avaliação de riscos, observa-se que o gestor informou possuir Matriz de Risco para o Programa que contempla um conjunto de ações mitigadoras que, inclusive, acompanha uma avaliação quanto ao impacto e probabilidade de ocorrência.

Tal diagnóstico pode ser observado quando da análise, por exemplo, da avaliação do risco nº 4, que se refere à sustentabilidade do Programa. Na referida avaliação, a Unidade informou que o impacto e a probabilidade são, respectivamente, alto e média e, conseqüentemente, o risco foi classificado como alto em relação à dotação insuficiente de pessoal qualificado na SPU.

Assim, a Equipe observou-se que os principais riscos estão devidamente mapeados no âmbito do Programa. No entanto, conforme já informado anteriormente não se vislumbrou iniciativas com vistas ao tratamento destes riscos, não obstante a Unidade informar que possui ações mitigadoras para os principais processos críticos.

Recomendações:

Recomendação 1: Implementar estrutura adequada de pessoal para o desenvolvimento do Programa.



Recomendação 2: Implementar plano de contingência com objetivo de tratar dos riscos que possam impactar no atingimento dos objetivos e metas do projeto.

1.1.3 Avaliação e Monitoramento Externo

1.1.3.1 INFORMAÇÃO

Monitoria e Avaliação Externa

Fato

Constatamos a existência de solicitações do Tribunal de Contas da União (TCU) por meio do Ofício 0573/2013 TCU/SECEX-ADMIN, as quais foram respondidas através do Ofício 1269/2012-GAB/SPU/MP.

Nossos exames incluíram ainda a verificação sobre a existência, nos exercícios auditados, de recomendações/solicitações decorrentes de missões de monitoria ou avaliação do Banco, da SEAIN/MP e da STN/MF.

Como resultado de nossa análise, não constatamos a existência de recomendações ou orientações pendentes de implementação por parte da agência executora do projeto e foram encaminhados e-mails com respostas a SEAIN/MP e a STN/MF.

1.1.4 Cumprimento de Cláusulas Contratuais

1.1.4.1 INFORMAÇÃO

Não Cumprimento de Cláusula do Contrato de Empréstimo

Fato

Verificamos o adequado cumprimento, pela Agência Executora do projeto, das cláusulas de caráter contábil-financeiro-gerencial do Contrato de Empréstimo, em especial, no que se refere aos pagamentos de juros e comissão de crédito. Contudo, verificamos o não cumprimento da Cláusula 4.03 do Anexo do Contrato de Empréstimo N° 2580/OC-BR.

1.1.5 Comprov. de Gastos junto ao Agente Financeiro

1.1.5.1 INFORMAÇÃO

Elegibilidade dos Gastos Efetuados

Fato

Não houve justificativas de gastos apresentadas ao Banco durante o exercício objeto de nossos exames. Procedemos análise dos gastos pendentes de comprovação ao BID, por amostragem, de forma integrada aos respectivos processos de aquisição e pagamento, sendo constatado que essas despesas:





- i) estavam apoiadas em documentação original comprobatória;
- ii) tiveram sua conversão para moeda da operação efetivada corretamente;
- iii) são elegíveis para alocação ao programa e para financiamento do Banco, conforme o caso;
- e,
- iv) foram aplicadas em atendimento exclusivo às finalidades do Programa.

1.1.6 Demonstrações Financeiras

1.1.6.1 INFORMAÇÃO

Conformidade das Demonstrações Financeiras

Fato

Da análise das Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas do projeto, verificamos que as mesmas foram devidamente formalizadas e refletem, em seus aspectos mais relevantes, os aportes de recursos e a execução das despesas em conformidade com as categorias de gastos e componentes programáticos do projeto.

Verificamos ainda, em virtude dos valores consolidados nessas demonstrações, que a execução orçamentária do Projeto foi feita em observância aos limites de despesa fixados no Contrato de Empréstimo.

1.1.7 CONTROLES PATRIMONIAIS

1.1.7.1 INFORMAÇÃO

Gerenciamento de Bens Patrimoniais

Fato

Verificamos, conforme Ofício nº 307/GAB/SPU-MP, item 21 e 22, que a única aquisição de bens realizada durante a vigência do Programa foi a compra de equipamentos de videoconferência, conforme Contrato Administrativo SANF-DF nº 52/2014, no entanto, tais equipamentos não tiveram seus Termos de Recebimento Definitivos emitidos dentro do exercício de 2014. Também nos foi informado que no âmbito do Termo de Cooperação para Descentralização de Crédito nº 40, de 23 de dezembro de 2013, cujo objeto é “Desenvolvimento da infraestrutura geoespacial do Programa de Modernização do Patrimônio da União”, a competência para realização do controle patrimonial é do Departamento de Engenharia e Construção do Exército Brasileiro. Pelos motivos arrolados não podemos avaliar se a agência executora do Projeto mantém uma adequada sistemática de controle patrimonial dos bens adquiridos.





1.1.8 Gerenciamento dos deslocamentos

1.1.8.1 INFORMAÇÃO

Adequabilidade na concessão de diárias e passagens

Fato

Verificamos, por amostragem, que as despesas relacionadas à concessão de diárias e passagens se deram em cumprimento de atividades exclusivas do projeto, estando os valores e os critérios de concessão de acordo com as regras aplicáveis, devidamente registradas no Sistema de Concessão de Diárias e Passagens- SCDP.

1.1.9 Gerenciamento de Recursos Descentralizados

1.1.9.1 INFORMAÇÃO

Visão Geral do Gerenciamento dos Recursos Descentralizados

Fato

Verificamos que o Projeto firmou o Termo de Cooperação para Descentralização de Crédito nº 40/2013, de 27/12/13, com o Ministério da Defesa por intermédio do Departamento de Engenharia e Construção – DEC do Exército Brasileiro. O objetivo desta parceria é o desenvolvimento da infraestrutura Geoespacial do Programa de Modernização da Gestão do Patrimônio Imobiliário da União.

Em análise do processo que formalizou a citada parceria, observamos que o contrato prevê uma prestação de contas 60 dias após o seu término de vigência, sendo esta de 24 meses contados de 03/01/2014. Portanto, não houve prestação de contas para análise.

O repasse inicial de recursos ocorreu a partir de junho de 2014 e as primeiras despesas foram realizadas a partir de outubro desse mesmo ano, relativas à estruturação da unidade de execução da Cooperação no âmbito do DEC. Ressaltamos que a execução do TC no exercício de 2014 desenvolveu-se de forma lenta, inerente ao início de um trabalho, em que os procedimentos estão em fase de ajustes, porém deve servir de alerta à Coordenação do Projeto para que aperfeiçoe seus mecanismos de controle e acompanhamento, a fim de que os objetivos da Cooperação sejam alcançados dentro do prazo pactuado.

Por fim, verificamos que as atividades previstas no TC estão relacionadas a atividades previstas no Contrato de Empréstimo.



1.1.10 Aquisição de Bens, Obras e Serviços

1.1.10.1 INFORMAÇÃO

Aquisição de Bens e Serviços



Fato

Verificamos, por amostragem, de forma integrada, os processos de aquisição e pagamento de bens, obras e serviços realizados com recursos do projeto, sendo constatado, no que se refere aos seus aspectos mais relevantes, que os procedimentos de aquisição e pagamento foram realizados em observância às diretrizes do Banco e da legislação nacional aplicável, estando respaldados por documentação de suporte válida.

Verificamos ainda que as aquisições realizadas correspondem a atividades elegíveis ao projeto e contribuem efetivamente para o alcance dos objetivos pactuados.



IV – CONCLUSÃO

Com base nos trabalhos de auditoria realizados, somos da opinião que os controles internos não estão adequadamente implementados no âmbito do Agente Executor, apresentando possibilidades de melhorias nas áreas de ambiente de controle, avaliação de riscos e procedimento de controle, conforme descrito nos seguintes itens deste relatório:

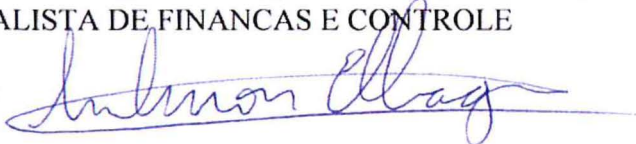
- a) Avaliação dos Resultados: 1.1.1.2
- b) Avaliação dos Controles Internos: 1.1.2.2

Brasília/DF, 28 de abril de 2015.

Nome: ANDERSON ERLANI OLIVEIRA DAS CHAGAS

Cargo: ANALISTA DE FINANÇAS E CONTROLE

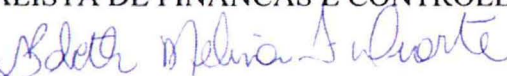
Assinatura:



Nome: BABETH MELINA FIGUEIREDO DUARTE

Cargo: ANALISTA DE FINANÇAS E CONTROLE

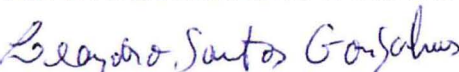
Assinatura:



Nome: LEANDRO SANTOS GONCALVES

Cargo: ANALISTA DE FINANÇAS E CONTROLE

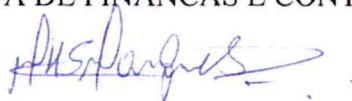
Assinatura:



Nome: MAURO HENRIQUE DE SOUZA MARQUES

Cargo: ANALISTA DE FINANÇAS E CONTROLE

Assinatura:



Relatório supervisionado e aprovado por:

Nome: ALEXANDRE DE SALES LIMA

Cargo: COORDENADOR-GERAL DE CONTAS DE GOVERNO

Assinatura:

